



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos sociais: pesquisa teórica e profissional.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

MARIA CLARIÇA RIBEIRO GUIMARÃES¹

MARIA APARECIDA ELIAS²

COSMA CALDAS DE FIGUEIREDO³

Resumo: socializa reflexões do projeto de extensão “Serviço Social em Movimento”, o qual objetivou prestar assessoria e apoio a movimentos sociais recentemente articulados na cidade de Sousa-PB, a partir das contribuições da educação dialética e do respeito à autonomia dos movimentos sociais e organizações populares. Para tanto, realizamos diversas atividades no campo da formação política de quadros e da visibilidade às situações de inexistência, oferta precária ou violação de direitos identificadas na cidade de Sousa-PB, subsidiando o processo de luta destes movimentos. Espera-se contribuir para fortalecer as potencialidades atuais da relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas.

Palavras-chave: Extensão; Movimentos Sociais; Serviço Social.

Abstract: Socializing in the Movement ", which aimed to provide advice and support to social movements recently articulated in the city of Sousa-PB, based on the contributions of dialectical education and respect for the autonomy of social movements and popular organizations. Therefore, we carry out various activities in the field of political training of cadres and visibility to situations of non-existence, precarious offer or violation of rights identified in the city of Sousa-PB, subsidizing the struggle process of these movements. It is hoped to contribute to strengthening the current potential of the relationship of Social Service with the struggles of the subaltern classes.

Keywords: Extension; Social movements; Social service.

1 INTRODUÇÃO

Considerando o compromisso ético e político do Serviço Social brasileiro com a luta dos trabalhadores, tal temática desponta como um desafio político e teórico na medida em que a trajetória dessa profissão tem provocado

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: <clarica.ribeiro@gmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Campina Grande.

³ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Campina Grande.

expressivo interesse dos(as) assistentes sociais pelos estudos sobre a organização política das classes subalternas. Nessa perspectiva, a temática dos movimentos sociais foi sendo incorporada ao Serviço Social na formação profissional, nas pesquisas e na produção acadêmica da área, ao passo em que também ocorreu a inserção do trabalho profissional do(a) assistente social nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora (CARDOSO; LOPES, 2009).

Todavia, trata-se de um tema com pouca literatura produzida pelos estudiosos(as) do Serviço Social e com desenvolvimentos desiguais – ou graus diferenciados de profundidade – no que diz respeito à formação acadêmica, organização da categoria, produção do conhecimento e intervenção profissional. Intencionamos assim tematizar as mediações que conectam a profissão às organizações, movimentos e lutas sociais e suscitar reflexões particularmente no que se refere ao processamento desta relação na formação profissional a partir da socialização das experiências de extensão universitária desenvolvidas por meio do projeto “Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto a movimentos sociais e organizações populares em Sousa-PB”, ora concluído⁴, o qual configurou-se também como campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social⁵.

2 A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA: DETERMINANTES E FUNDAMENTOS

É sabido – e amplamente incorporado e problematizado pelo acervo bibliográfico da área – que as condições para a emergência e a constituição do

⁴ Nos referimos a vigência 2017, posto que a vigência 2018 do projeto encontra-se em andamento.

⁵ De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, programas e projetos de extensão podem ser caracterizados como campos de estágio, desde que as atividades desenvolvidas estejam em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão e que seja garantida supervisão acadêmica e de campo sem que haja acúmulo nas referidas funções por parte de um(a) único(a) docente.

Serviço Social como profissão longe de estarem associadas a qualquer viés filantrópico e assistencialista, inscrevem-se na realidade no vínculo estreito com a denominada Questão Social, particularmente no estágio monopolista do capitalismo e, portanto, do crescimento exponencial do processo de acumulação próprio da sociedade burguesa madura (NETTO, 2011), intensificando a contradição central entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Deflagra-se, com isso, um processo de intervenções sucessivas do Estado, capturado pela ordem monopólica, face às múltiplas manifestações da questão social que passam a ser alvo das políticas sociais, demandadas e elaboradas nos marcos das complexas relações de disputas e antagonismos entre as classes sociais fundamentais da sociedade burguesa.

Constituindo-se o(a) assistente social como um dos profissionais chamados à implementação das políticas sociais, isto é, como o agente profissional de “linha de frente” nas relações entre os organismos institucionais e a população que demanda os serviços (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012), o que posteriormente Netto (2011) qualificou como “executor terminal de políticas sociais”, fica evidente que:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; Enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social (NETTO, 2011, p. 73-74).

No Brasil, o Serviço Social se institucionaliza, nos anos 1930, tendo como alvo para sua atuação o proletariado urbano e o exército industrial de

reserva – visando atenuar as sequelas *materiais e morais* decorrentes do trabalho assalariado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012), possibilitando o surgimento das primeiras escolas de serviço social. Não de forma automática. Não se trata de equalização imediata entre a criação de uma escola, em si mesma, e o início de uma profissão. Contudo, a existência de uma formação técnica especializada é reveladora de quando a profissão passa a colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático (CASTRO, 2011). A partir de uma demanda do Estado e em articulação com o movimento católico, as escolas aglutinavam uma imensa parcela feminina das diversas frações da classe dominante em torno de uma formação doutrinária própria do apostolado social.

De acordo com o relato de Iamamoto e Carvalho (2012), até o final da década de 1940, o número de assistentes sociais diplomados não era muito superior a 300 (trezentos), concentrando-se sobretudo na cidade de São Paulo e no Distrito Federal, numa realidade na qual o número de profissionais formados disponíveis era bastante inferior em relação à demanda por assistentes sociais existente.

No decurso da história, muitas das escolas isoladas, mantidas sobretudo por organizações confessionais, converteram-se e/ou foram incorporadas em unidades universitárias, demarcando a partir de então a inserção da formação profissional do(a) assistente social pela universidade e os circuitos acadêmicos. Para não deixar margem para dúvidas, sinalizamos, em consonância com a avaliação de Netto (2007), o que significou, realmente, a inserção do Serviço Social no âmbito universitário, o que somente ocorreu na transição dos anos 1960 aos 1970: possibilidade de interação e diálogo com as disciplinas do campo das ciências sociais; engendramento de uma massa crítica anteriormente inexistente no interior do Serviço Social e alteração no perfil dos sujeitos que passam a ingressar no curso, especialmente no que diz respeito à origem de classe.

A essa altura, torna-se pertinente sumariar, os elementos que relacionam esta profissão aos movimentos de organização da classe

trabalhadora e fazem da vinculação entre o Serviço Social e o protagonismo proletário uma “conexão reativa”, nos termos de Netto (2011).

Entendemos que o vínculo entre Serviço Social e os processos de organização dos trabalhadores é, antes de tudo, *estrutural*, considerando a centralidade atribuída à questão social na profissionalização do Serviço Social na sociedade brasileira, nos marcos da expansão urbana, na medida em que esta constitui a “matéria-prima” da atuação profissional de assistentes sociais e, ao mesmo instante, suas manifestações e múltiplas expressões constituem objeto das demandas e necessidades politizadas pelos movimentos sociais em suas reivindicações.

Afinal, em que pese a generalização acentuada e a dinâmica radicalmente nova da pobreza que então se espraiava pela Europa Ocidental, a partir do século XVIII, a alcunha desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ diz respeito certamente às manifestações sócio-políticas nas quais desembocou, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos concernentes ao trabalho (NETTO, 2004; IAMAMOTO, 2004), ou seja, a questão social conforma-se e constitui-se mediada pela relação capital x trabalho e, indissociavelmente, pela dimensão política da luta de classes.

Significa, nessa perspectiva, que diferente de muitas análises existentes a respeito não acreditamos que a questão social se explica simplesmente por uma má distribuição de renda. Para além da forma como a riqueza é apropriada nessa sociedade (e não estamos negando a importância deste elemento), faz-se necessário considerarmos a forma e os mecanismos por meio dos quais esta riqueza é produzida. Mecanismos estes fundados na exploração do trabalho.

Nessa direção, a análise marxiana, na medida em que desvela o processo de produção do capital, evidencia a dinâmica da questão social como estando determinada pela lei geral da acumulação capitalista e pelo caráter da exploração característica da relação capital x trabalho, numa sociabilidade que potencializa significativamente tais antagonismos e desigualdades:

As múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando sua antípoda, a

classe trabalhadora, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários, demandando e exigindo reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social, o socialismo (CASTELO, 2006, p. 17).

Esse antagonismo, estabelecido em condições históricas determinadas, se manifesta e se traduz em relações sociais, ainda que apareça como produção e reprodução de coisas, adensando a questão social ao passo em que a politiza na cena pública, requerendo respostas do Estado e atribuindo legitimidade à intervenção do Serviço Social face às suas refrações.

Ademais, tendo o projeto profissional como norte, percebemos que o vínculo entre Serviço Social e Movimentos Sociais é, também, *ideopolítico*, na proporção em que a negação e a busca de ruptura com o conservadorismo profissional somente tornaram-se possíveis por meio de uma prática social coletiva construída a partir de inúmeras determinações e condições sócio históricas, favorecida pela politização de setores da categoria profissional. Expressa pela vinculação desses setores com os movimentos populares e/ou pela sua participação cívica e política no período que antecede o golpe militar de 1964 no Brasil, na resistência à ditadura e no contexto de redemocratização do país nos anos 1980, originando o que atualmente denominamos Projeto Ético-Político (PEP):

O PEP emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização política dos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional (Abramides; Cabral, 1995), contando com a participação de setores profissionais vinculados a diferentes partidos políticos de esquerda e movimentos democrático-populares, com diversas referências teóricas e políticas, especialmente as apoiadas na tradição marxista e as vinculadas ao pensamento católico progressista, oriundo de correntes da Teologia da Libertação (BARROCO, 2012, p. 41-42).

A “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, bem como a “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta

geral dos trabalhadores” (CFESS, 2012), figuram dentre os elementos fundamentais da ética profissional do(a) assistente social. Representando, assim, uma concepção de ética na qual a dimensão do exercício profissional institucional articula-se aos processos de luta contra hegemônicos presentes na sociedade brasileira (BARROCO, 2012), sem que isso signifique transferir para o campo do trabalho profissional do(a) assistente social a tarefa de realização da emancipação humana.

Assim, o estabelecimento de vínculos orgânicos entre a agenda profissional e as lutas por direitos, bem como a percepção da necessidade de defesa da relação estratégica entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário, constituem alguns dos elementos sintomáticos da dimensão política da profissão. Como uma decorrência dessa politização, o Serviço Social brasileiro assume o compromisso com os usuários dos serviços prestados (agora não mais apenas abarcados na noção abstrata de “pessoa humana”, e sim reconhecidos como classe trabalhadora) e incorpora a defesa de direitos e políticas sociais como estratégia de viabilização das necessidades e interesses dos trabalhadores enquanto classe.

Há que se considerar, contudo, que no processo de reprodução das relações sociais, a profissão do(a) assistente social realiza-se com um caráter inegavelmente contraditório, o que implica, de imediato, na recusa a qualquer leitura unilateral e a-histórica, segundo a qual possa-se afirmar ser a profissão de assistente social fundamentalmente conservadora ou fundamentalmente revolucionária.

Dando como equívocos reconhecidos pela categoria profissional tanto as concepções fatalistas quanto as teses messiânicas de compreensão da profissão, tal como apreendemos da crítica empreendida por Iamamoto e Carvalho (2012), insistimos no entendimento de que o Serviço Social, ao desenvolver uma atividade profissional permeada por demandas do capital e demandas do trabalho, “[...] participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81). Tem-se, assim, um evidente tensionamento dado

pela condição do Serviço Social como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho, elementos que sem dúvidas relativizam a autonomia profissional, mas não impedem a tomada de posição orientada pelos valores e princípios do projeto ético-político.

Projeto este que, dentre vários outros elementos, expressa-se também na direção social que referencia a formação profissional do(a) assistente social atualmente, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo particularmente do ponto de vista desta última dimensão mencionada do tripé universitário que nos interessa refletir acerca da relação Serviço Social e Movimentos Sociais no presente trabalho, embora seja inegável o tratamento subalterno dado à extensão no cotidiano da vida acadêmica em relação às atividades de pesquisa e de ensino, ao mesmo tempo em que também reconhecemos que face as contradições da atual política de extensão consiste em importante tarefa o empreendimento de esforços na disputa pela perspectiva ético-política da mesma.

3 UMA EXPERIÊNCIA DE APOIO E ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O projeto ora concluído situou-se entre as propostas de extensão universitária que se propõem a construir experiências de articulação e trabalho conjunto com os movimentos sociais e organizações populares, em um contexto no qual temos assistido novos sujeitos coletivos colocarem-se em movimento na última década (para além das mobilizações de junho de 2013), com caráter profundamente heterogêneo e muitas vezes sem experiências organizativas anteriores e com o desafio de se reinventarem em suas bandeiras de luta e estratégias de ação política a partir das novas condições sócio históricas encontradas (MARRO, 2014), o que não tem sido diferente no sertão paraibano.

Com este horizonte, objetivando prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais da cidade de Sousa-PB em matéria relacionada às

políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos humanos, civis, políticos e sociais da coletividade, o projeto teve como público-alvo lideranças e membros de movimentos sociais e organizações populares articulados em Sousa-PB. São estes: I) Coletivo feminista Valha, o que é isso? II) Movimento Estudantil de Serviço Social; III) Movimento Estudantil do IFPB; IV) Associação dos Agricultores Rurais do Assentamento Nova Vida I e V) Associação dos Agricultores e Agricultoras rurais do Assentamento Nova Vida II, ambas localizadas em assentamentos rurais da região de Sousa.

Em se tratando da articulação entre extensão universitária e movimentos sociais construída por ocasião da vigência do projeto, importa ressaltar que a diretriz de interação dialógica assumiu centralidade na condução metodológica dessa relação (PNE, 2012), assim como o respeito à autonomia dos movimentos e organizações. Significa que, em conformidade com a própria Política Nacional de Extensão, foi justamente a perspectiva do diálogo, da troca de saberes e de aliança com movimentos, setores e organizações sociais que marcaram a condução das atividades construídas.

Na mesma lógica, as ações foram desenvolvidas sem quaisquer perspectiva instrumental, de condução ou cooptação dos movimentos e seus quadros e lideranças políticas, e sim sob o horizonte democrático do confronto entre saberes, possibilitando que assim nenhum dos movimentos elencados como público-alvo do projeto viessem a se configurar como meros transmissores de diretrizes externas, mas que também não pautassem sua ação política de forma isolada, sobretudo considerando as contribuições que a universidade – via extensão – pode ofertar para a politização e qualificação da referida ação política dos movimentos, seus quadros militantes e lideranças.

Assim, logo no início do projeto investimos em atividades de formação acadêmica e acompanhamento das estudantes extensionistas, assim como na realização de reuniões conjuntas de trabalho entre docentes, discentes extensionistas, lideranças e integrantes de movimentos sociais para identificação das principais demandas e planejamento das ações. Na sequência, o projeto se desenvolveu a partir de 03 (três) eixos orientadores da

intervenção, os quais corresponderam ao que muitos movimentos chamam de tripé da organização popular, quais sejam: formação, organização e lutas.

O eixo FORMAÇÃO compreendeu a realização de palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns e produção de materiais didáticos. Do ponto de vista do processo de capacitação permanente e continuada da equipe de extensionistas, pelo menos 07 (sete) formações foram realizadas, versando sobre o golpe de 2016 (a dinâmica da crise política e econômica que se desenhou no Brasil nos últimos anos e os determinantes do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os desdobramentos do golpe, as perspectivas atuais de enfrentamento ao desmonte da democracia e suas consequências), sobre gênero e questão agrária e sobre a realização de atividades socioeducativas, dada a necessidade de preparação das oficinas com grupos a serem conduzidas pela equipe extensionista, assim como também sobre a realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais e sobre experiências e particularidades da extensão universitária com movimentos sociais. A importância destes momentos de estudo justificou-se em razão do conhecimento sobre a dinâmica da realidade ser fundamental para uma atuação das/os assistentes sociais que se proponha a contribuir com a organização da classe trabalhadora e a construir coletivamente estratégias de enfrentamento aos desafios apresentados.

Do ponto de vista das atividades formativas desenvolvidas junto aos movimentos e organizações contempladas no público-alvo do projeto, destacam-se as atividades realizadas com as associações de assentamentos rurais e com estudantes do IFPB (Instituto Federal da Paraíba), Campus Sousa.

As relações de gênero no campo e a participação da mulher na produção e soberania alimentar foram temas trabalhados nas rodas de conversa, com exposição de imagens e outras dinâmicas, enquanto estratégias para favorecer as discussões, através de oficinas em grupo realizadas com as trabalhadoras assentadas, num total de 141 mulheres. Como forma de viabilizar a participação destas, as mesmas oficinas foram adaptadas e

desenvolvidas com as crianças que acompanhavam suas mães e avós aos encontros. Nas oficinas as mulheres puderam afirmar as dificuldades enfrentadas na vida do campo e, nesse sentido, o enfoque nas relações patriarcais de gênero permitiu que questões específicas que pesam sobre as trabalhadoras fossem problematizadas, seja em tom de denúncia da realidade de violência e exploração acentuada enfrentadas, ou ainda enquanto processo naturalizado de desigualdades entre os gêneros. Ambas as perspectivas de compreensão da realidade estiveram presentes nas falas das participantes. Quando se tratou da participação da mulher na soberania alimentar, pudemos compreender como se dá a produção agrícola, os mecanismos utilizados na relação com a natureza e os enfrentamentos para a manutenção da própria existência naqueles espaços. Participativas, as mulheres do Assentamento Nova Vida I revelaram além das próprias inquietações, a possibilidade de que a relação entre a universidade e os movimentos sociais seja aprofundada, por meio do diálogo e dos recursos necessários, para dessa forma trabalhar no sentido de fortalecimento da luta pela conquista de direitos e da transformação societária.

Com relação à atividade do IFPB, o projeto contribuiu na construção e facilitação de uma roda de conversa sobre as ocupações realizadas em escolas e universidades, entendendo que esse tipo de manifestação tem marcado as mobilizações estudantis dos últimos anos no Brasil como forma de protesto aos rumos que a educação pública vem tomando. Nesse momento os estudantes também puderam socializar o acúmulo de suas experiências enquanto militantes do movimento estudantil, desde os desafios que enfrentaram às aprendizagens conquistadas nos processos de exercício político.

Paralela à discussão sobre ocupação, temas como as jornadas de junho de 2013, a PEC 55 e o Projeto Escola Sem Partido e seus rebatimentos na educação pública foram debatidos pelos estudantes através de uma dinâmica na qual os mesmos foram estimulados a trazer seus posicionamentos. Em outra ocasião, o projeto de extensão retornou ao IFPB Sousa para dialogar sobre formação política e trabalho de base para os movimentos sociais e sobre

princípios, valores, práxis e ideologia que norteiam a organização destes. Após esta discussão os estudantes foram instigados a identificar quais os problemas vivenciados pelos mesmos na instituição, destacando-se diversos pontos cruciais para a permanência estudantil e formação profissional constitutivos das bandeiras de luta do movimento.

O eixo ORGANIZAÇÃO envolveu o fomento de espaços e reuniões que podiam potencializar os processos de auto-organização dos movimentos, dentre os quais são ilustrativos os momentos de avaliação da organicidade da militância e levantamento de demandas e planos de atuação política dos movimentos a curto, médio e longo prazo, além de reuniões preparatórias para encontros estaduais e/ou nacionais dos movimentos. Envolveu ainda o trabalho de mobilização das mulheres para a participação nas oficinas. Realizou-se, para tanto, visitas domiciliares com distribuição dos convites em todas as casas do assentamento, ocasião na qual foi possível estabelecer maior aproximação com a realidade social dos sujeitos que constituem o público-alvo da intervenção, evitando assim conteúdos e metodologias inadequadas ao perfil dos mesmos, na medida em que estar no local de moradia dos sujeitos nos permitiu conhecer melhor as relações que estabelecem em sua vida familiar e comunitária. A partir do contato direto potencializou-se o interesse das mulheres pela participação e envolvimento com a proposta do projeto de extensão.

O eixo LUTAS aglutinou ações e atividades que intencionavam contribuir para a visibilidade das reivindicações dos movimentos, a exemplo da oficina de estêncil e preparação de cartazes junto ao Movimento Estudantil, apresentando breves conceitos da técnica do estêncil e sua utilização como arte de rua, forma milenar de expressão popular, assim como orientando na preparação do estêncil, a partir de artes criadas pelos participantes da oficina ou com imagens impressas, e sua aplicação em cartazes e blusas. Destacamos também a presença do projeto de extensão em três outros momentos de mobilização na cidade: a manifestação pública pelo fim da violência contra a mulher na qual o ato realizado esteve relacionado à campanha mundial “16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres” e contou com a participação de

vários grupos da sociedade civil, entre eles o de jovens e idosos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), estudantes universitários e de escolas estaduais e municipais, bem como de dois dos movimentos sociais acompanhados pelo projeto: o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e o coletivo feminista Valha. As/os manifestantes expressaram, por meio de cartazes, faixas, apresentação teatral e pelo exercício da fala pública, o repúdio às diversas formas de violência perpetradas contra mulheres e o incentivo à realização de denúncias; outros momentos nesse sentido foram as reuniões com os sindicatos locais para planejamento e organização das greves gerais de 2017 e a aula pública realizada no centro da cidade de Sousa intitulada "A reforma da previdência e seus impactos para os trabalhadores e trabalhadoras", a qual teve como objetivo esclarecer alguns aspectos sobre a previdência social, seu funcionamento e as mudanças que serão implementadas com a aprovação da reforma, além disso, representou um ato de resistência contra as medidas do atual governo ilegítimo de Temer e contra a decisão tomada por algumas centrais sindicais pelo cancelamento da greve nacional que estava marcada para o dia 05 de dezembro. Estiveram presentes nessa mobilização professores e estudantes da rede estadual e federal de ensino, representantes do Sindicato dos Comerciários e do Sindicato dos Professores Municipais de Sousa.

A perspectiva de avaliação que nos orientou na efetivação do presente projeto compreendeu não apenas a reta final de sua execução, mas todo o processo trilhado para a materialização do mesmo. Avaliar o projeto, nessa perspectiva, pressupôs adotar um conjunto de técnicas e procedimentos de monitoramento da sua execução e apreensão dos resultados, de modo não apenas a garantir sua execução no tempo planejado, mas também e, sobretudo, a identificar a necessidade de medidas corretivas durante o processo, de modo que se garantisse desde o princípio e em cada momento, a efetividade da proposta.

Para tanto, foram realizadas avaliações de forma contínua pela equipe envolvida no projeto, por meio de reuniões periódicas, como forma de rever a metodologia proposta em caso de necessidade de qualquer alteração no

percurso, e buscar superar possíveis desafios no desenvolvimento do projeto, para que pudéssemos atingir os objetivos almejados, afinal, “[...] avaliar pressupõe determinar a valia ou valor de algo [...] tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos” (BOSCHETTI, 2009, p. 577).

Não obstante tratamos os diferentes momentos, sentidos e movimentos avaliativos como inter-relacionados e complementares, inseridos na totalidade e dinamicidade da realidade, os referidos resultados, bem como as observações tecidas ao longo do desenvolvimento do projeto, encontram-se sistematizadas a seguir, na ótica dos diferentes sujeitos envolvidos na construção do mesmo.

Para as extensionistas bolsistas e voluntárias, dentre as experiências mais marcantes proporcionadas pelo projeto, destacam-se: a) o estudo do livro *Porque gritamos golpe*, pela necessidade constante de discutir sobre o cenário político para pensar a construção de espaços e atividades a partir da situação em que nos encontramos; b) toda a construção e execução da atividade no assentamento por ter sido, de certa forma, desafiador, tendo em vista que a maioria das estudantes não tinha nenhum contato prévio com aquela realidade e as discussões a ela relacionadas; c) e as atividades no IFPB em que através de rodas de conversa foi possível conhecer bem mais acerca do movimento estudantil – mais especificamente o movimento de ocupação realizado pelos estudantes da instituição - e a necessidade de mobilização deste. Contudo, sem dúvidas aparece como tendo sido bem mais significativa para as extensionistas do projeto a experiência no assentamento com as mulheres, as quais contaram suas histórias de vida, demonstrando com isso também a importância da popularização do feminismo. Nas palavras de uma das voluntárias do projeto:

O projeto de extensão desde o princípio se mostrou valoroso e enriquecedor para a minha trajetória acadêmica. No entanto, não há dúvidas que a experiência mais marcante durante o período de atividades foi o contato com as mulheres do assentamento próximo a Aparecida-PB. A visita foi a concretização da universidade como meio e como ponte entre múltiplas realidades, a possibilidade de trocar vivências, da construção de saberes e do retorno do conhecimento proporcionado pela academia para a população. Para além da

14

experiência como extensionista, a visita com certeza marcou a mim enquanto pessoa, enquanto indivíduo dentro de uma sociedade.

Em termos de limites e/ou lacunas que se apresentaram no decorrer do projeto, as extensionistas identificaram de forma consensual as dificuldades com relação a transporte e locomoção até o assentamento em momentos importantes, dada a ausência de transporte da universidade nos finais de semana, além da dimensão do tempo como um limite concreto a algumas ideias e vontades, fazendo com que nossas atividades se adequassem ao que era possível dentro do percurso e das necessidades. Também destacaram a ausência de articulação com outros movimentos que estavam inicialmente previstos no projeto e a realização de apenas uma atividade com o coletivo feminista *valha*.

Um outro consenso importante entre as bolsistas e voluntárias do projeto refere-se ao entendimento de que este deve ser renovado. Dentre as argumentações para tanto, elas destacam o fato da universidade ser muito distante da comunidade, sobretudo com relação à organização popular e os movimentos sociais da região e porque ainda que se fale muito da relação serviço social e movimentos sociais, essa relação é muito pouco explorada no miúdo da formação profissional. Avaliam ainda ser fundamental para outros estudantes também terem acesso a tal experiência e seguir contribuindo (e ampliando frequentemente essa contribuição) com os movimentos locais, conforme ressalta uma das extensionistas:

Acredito que o projeto deve ser renovado para que possamos dar seguimento às atividades que foram incipientes em todos os movimentos e organizações populares com que trabalhamos. São movimentos, entre os elencados para atuação do projeto, novos na localidade ou pouco articulados. Então, entendo que devemos prosseguir para buscar resultados de fortalecimento das organizações populares.

A avaliação junto ao público-alvo do projeto foi desenvolvida de forma contínua e sistemática, ao final de cada atividade, constituindo momento privilegiado para que militantes e lideranças dos movimentos e organizações populares beneficiadas com a atuação do projeto pudessem expressar não

apenas a alegria de conseguir estabelecer relação com a universidade, mas principalmente registrar suas demandas e necessidades, as quais entendemos como sugestões importantes a serem objeto das preocupações de uma possível nova vigência do projeto, quais sejam: I) Fortalecer a dimensão agroecológica da produção de alimentos no assentamento rural Nova Vida, tanto a partir do desenvolvimento de campanha contra os agrotóxicos quanto construindo articulações para que a produção agroecológica do assentamento pudesse passar a ser fornecida para o Restaurante Universitário (R.U) do CCJS, estreitando ainda mais o vínculo com a universidade; II) Pensar formas de reutilização da água a serem concretizadas na realidade do assentamento, o que exigiria do projeto uma parceria a ser construída também com o curso de agroecologia do IFPB, campus Sousa; III) Construção de espaços de formação política que priorizem o tema 'trabalho de base' direcionado aos militantes do movimento estudantil; IV) Fomento a mobilizações amplas e permanentes na cidade em torno das pautas feministas, dada a imensa reação conservadora despertada a partir do ato contrário à violência para com as mulheres, construído em novembro de 2017.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto contemplou em si a possibilidade de problematizar o patrimonialismo, o clientelismo e a subserviência historicamente presentes na cultura política local do sertão paraibano e identificou e trabalhou com as dificuldades de organização e mobilização popular enfrentadas por aqueles e aquelas que se desafiam cotidianamente a vivenciar o sertão como sendo também espaço privilegiado de lutas e resistências. Na medida em que acreditamos que nisto residia o fundamento para a necessidade e pertinência do projeto face às características da região em foco, também entendemos que o mesmo apresentou significativa relevância para a função pública da universidade, para a formação profissional em Serviço Social e para a própria

organização dos movimentos articulados no território sousense. Inclusive porque, como destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária, “a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares” (FORPROEX, 2001, p. 02).

O projeto contribuiu para que estudantes do curso de Serviço Social da instituição compreendessem como o(a) assistente social pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas, pois a vivência na extensão consistiu em experiência fundamental para que os(as) discentes do curso pudessem aprender e experimentar na prática como desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços de atuação de assistentes sociais a fim de viabilizar a participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços operados. Trataram-se, portanto, de contribuições absolutamente em consonância com o Código de Ética do(a) assistente social e a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão no país.

Dialeticamente, a extensão em questão foi ainda expressiva contribuição para os próprios movimentos sociais, público-alvo de nossa intervenção, ao proporcionar a estes um maior conhecimento do solo histórico em que se materializam suas lutas, colaborando para a (re)construção de sua ação política. Doravante, nada poderia dotar de maior sentido os resultados de nosso projeto do que o retorno das reflexões por eles gestadas àqueles que constroem cotidianamente os movimentos sociais e a organização popular em Sousa.

Importa notar que considerando que atualmente o curso de Serviço Social passa por processo de reformulação em seu projeto pedagógico (PPC), a presente proposta de extensão suscitou novos debates e reflexões que colaboraram para o redimensionamento da execução curricular do curso, particularmente no que diz respeito às Disciplinas “Movimentos Sociais” e “Debate Contemporâneo do Serviço Social”, presentes no atual PPC e

ofertadas no 4º e 6º períodos, respectivamente, nas quais discutem-se questões referentes às particularidades da organização e ação política dos diversos movimentos articulados no país, bem como a organização política da categoria em suas diversas peculiaridades (estudantil, acadêmica, sindical e de fiscalização do exercício profissional) e a atuação da profissão junto aos movimentos sociais como expressões do embate à agenda neoliberal.

Ademais, além da estreita articulação entre extensão e ensino sinalizada anteriormente, o projeto em questão também possibilitou ampla articulação com a dimensão da pesquisa, haja visto que a partir dele também foram desenvolvidas investigações e estudos – resultando inclusive na produção de monografias - acerca das contradições e desigualdades que originam e provocam o surgimento dos movimentos e organizações articuladas em Sousa, bem como acerca da ação coletiva de sujeitos sociais no sentido de lutar contra condições degradadas de vida e de garantir seus direitos, pois tal apreensão interessa imensamente ao Serviço Social, especialmente, pelo fato da questão social ser considerada o solo de inserção do trabalho dos(as) assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: CFESS (Org.). **Código de Ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006 .

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a assistente social e Lei 8.662/93**. 10. ed. Brasília, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária, 1).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. 2. ed. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARRO, K. I. O que a Universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, 2. ed. ano 2, n. 3, 2004.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: Campus Sousa**. Campina Grande, 2013. Mimeografado.